

---

## Alocação de Recursos Públicos Destinados a Assistência Hospitalar e Ensino Fundamental nas Capitais Brasileiras<sup>1</sup>

### *Allocation of Public Resources For the Hospital Care and Primary School in the Brazilian Capitals*

---

#### **Fabia Jaiany Viana de Souza**

Mestranda Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/ UFRN.  
Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte –Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Ciências Contábeis. Av. Senador Salgado Filho, S/N, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal – RN –Brasil, CEP 59076-000, e-mail: [fabiajaiany@yahoo.com.br](mailto:fabiajaiany@yahoo.com.br)

#### **Mariana Medeiros Dantas de Melo**

Mestranda pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis UnB, UFPB e UFRN.  
Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte –Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Ciências Contábeis, e-mail: [marianadmelo@yahoo.com.br](mailto:marianadmelo@yahoo.com.br)

#### **Aneide Oliveira Araújo**

Professora do Departamento de Ciências Contábeis da UFRN e do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFRN/UFPB. Doutora em Controladoria e Contabilidade (FEA-USP). Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte –Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Ciências Contábeis, Av. Senador Salgado Filho, S/N, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal – RN –Brasil, CEP 59076-000, e-mail: [aneide@ufrnet.br](mailto:aneide@ufrnet.br)

#### **Maurício Corrêa da Silva**

Professor Mestre da Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Endereço: Universidade Federal do Rio Grande do Norte –Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Departamento de Ciências Contábeis, Av. Senador Salgado Filho, S/N, Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal – RN –Brasil CEP 59076-000, e-mail: [profmauriciocsilva@gmail.com](mailto:profmauriciocsilva@gmail.com)

#### **RESUMO**

A alocação de recursos públicos tem sido um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade, pois é necessário que ela ocorra de modo a realizar o máximo de benefício social possível. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nas capitais brasileiras no ano de 2009. Foram utilizadas as pesquisas descritiva, bibliográfica, quantitativa e qualitativa. A coleta de dados foi realizada nos sítios da STN, IBGE, DATASUS, MEC e Sistema da FIRJAN. Os resultados revelaram que em média a despesa com assistência hospitalar correspondeu a R\$ R\$ 403.151.579,13, sendo Macapá a capital com menor destinação de recursos para essa subfunção e São Paulo aquela com maior alocação de recursos. Constatou-se ainda, que as despesas com ensino fundamental foram em média R\$ 376.799.800,62. São Paulo foi a capital que apresentou a maior destinação de recursos com ensino fundamental e Boa Vista a que destinou menos recursos no ano de 2009. Conclui-se que dentre as 22 capitais analisadas 4 delas (Florianópolis, João Pessoa, Macapá e São Paulo) foram eficientes com relação aos gastos com assistência hospitalar e 6 delas (Boa Vista, Manaus, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) foram considerados eficientes quanto a aplicação dos gastos com ensino fundamental.

**Palavras-chave:** Eficiência. Assistência Hospitalar. Educação Fundamental.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 21.08.2012. Avaliado por pares em 22.11.2011 (blind review). Reformulado em 24.02.2013. Recomendado para publicação em 29.02.2013 por José Ribamar Marques de Carvalho (Editor). Publicado em 01.04.2013. Organização responsável pelo periódico: UACC/UFCC.

**ABSTRACT**

*The allocation of public resources has been one of the daily challenges faced by society, because it needs to occur in order to achieve the maximum benefit possible social .. This research aims at analyzing the efficiency of public spending on hospital care and primary education in the State capitals in 2009. We used descriptive research, literature, quantitative and qualitative. Data collection was performed at the STN sites, IBGE, DATASUS, MEC and System FIRJAN. The results revealed that average spending on hospital care amounted to R \$ R \$ 403,151,579.13, being the capital Macapá with lower allocation of funds for this subfunction and Sao Paulo that with greater allocation of resources. It was further observed that expenditure on primary education were on average R \$ 376,799,800.62. São Paulo is the capital with the highest allocation of funds to elementary and Boa Vista which allocated fewer resources in 2009. We conclude that among the 22 capitals analyzed four of them (Florianopolis, Joao Pessoa, São Paulo and Macapa) were effective with respect to spending on hospital care and 6 of them (Boa Vista, Manaus, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador and São Paul) were efficient as the application of basic education spending.*

**Keywords:** *Efficiency. Hospital Care. Elementary Education.*

**1 INTRODUÇÃO**

A saúde e a educação são direitos fundamentais da sociedade e devem ocupar uma posição central na qualidade de vida da população. O desenvolvimento da saúde e educação como elementos responsáveis pelos avanços da sociedade tem relação com a alocação dos recursos públicos (FONSECA; FERREIRA, 2009). Silva (2010) discute que pesquisas que tenham a finalidade de estudar a eficácia da prestação dos serviços de saúde no setor público têm atraído pesquisadores e administradores públicos. Em virtude do crescimento nos custos da área de saúde, especialmente os relacionados às tecnologias médicas, existe a necessidade de controlar os gastos e melhor alocar os recursos disponíveis para essa área de atuação do governo.

A educação também está relacionada com o desenvolvimento social da população, pois de acordo com Delgado e Machado (2008) ela permite que o indivíduo adquira conhecimentos e forme habilidades cognitivas, desenvolve o discernimento e a consciência crítica que lhe possibilita um melhor relacionamento com os demais indivíduos de sua comunidade. Portanto, a educação básica possui papel fundamental no desenvolvimento do capital humano, incentivando os governantes a definirem metas para democratização e o desenvolvimento de melhorias para o ensino básico.

A construção de escolas, melhoria na infraestrutura das já existentes, aumento no número de professores são algumas medidas implantadas pelo governo, no sentido de melhorar a educação da sociedade brasileira. Essas alternativas encontradas pelos administradores públicos, em maior ou menor escala, são oriundas do orçamento do governo para o sistema de ensino público, e, por isso, devem ser pesquisadas quanto a sua alocação (GOMES, 2009). Nos últimos anos, observa-se que a alocação de recursos públicos tem sido um dos desafios encontrados diariamente pela sociedade, pois é necessário que ela aconteça de modo a proporcionar o máximo de benefício social possível. E em virtude da saúde e da

educação serem elementos fundamentais para a qualidade de vida da população essas restrições são ampliadas.

A transparência das decisões dos governantes, bem como a avaliação de políticas e programas sociais é a questão central que permite a mensuração da eficiência, da eficácia e da efetividade dos gastos públicos (SILVA, 2010). Nesse sentido, verifica-se que a relevância da saúde e educação no aperfeiçoamento da população e a necessidade do controle social e fiscalização dos orçamentos públicos de assistência hospitalar e ensino fundamental executados são elementos que tornam esse estudo relevante para a sociedade.

Diante desse contexto, o presente estudo busca responder o seguinte problema: Qual foi a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nas capitais brasileiras no ano de 2009? Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nas capitais brasileiras no ano de 2009. O artigo tem a perspectiva de promover a reflexão de gestores públicos, usuários e estudiosos de áreas afins sobre a importância da eficiência dos recursos públicos em saúde e educação, mais especificamente, com relação a assistência hospitalar e ensino fundamental, tendo em vista que estes devem conciliar qualidade e gastos eficientes, tendo como principal beneficiária a sociedade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Administração Pública tem como uma de suas finalidades a prestação de serviços à sociedade, visando à satisfação das necessidades sociais na promoção do desenvolvimento econômico e social da população (CONTO, 2010). Conforme discutido por Silva (2005), para ela atingir esse objetivo, precisa dos ingressos financeiros do Estado oriundos, em maior parte, do patrimônio privado dos cidadãos na forma de impostos, taxas e contribuições (SILVA, 2005).

Assim, pode-se dizer que a prestação de serviços à população pelo Estado tem o objetivo de promover o bem estar social da coletividade, o que inclui acesso a serviços como saúde, educação, segurança, moradia, dentre outros. Nesse contexto, verifica-se que o Estado possui uma estrutura organizacional composta por diversas entidades e órgãos com prerrogativas e responsabilidades, recursos materiais e financeiros para atender o bem estar social e o interesse público. Dessa forma, as entidades públicas têm o desafio de apresentar a sociedade a melhoria da qualidade de vida da população por meio dos investimentos sociais. De acordo com Rezende, Slomski e Corrar (2005) isso representa a tradução do efeito dos gastos públicos através de indicadores, demonstrando a efetividade da gestão pública.

A percepção da ineficiência e da vagarosidade do Estado relacionados ao atendimento dos anseios sociais ganhou destaque mundial na segunda metade do século XX segundo Pereira (1996) e a partir desse momento foi necessário introduzir

conceitos gerenciais na Administração Pública como forma de tornar o Estado mais ágil e eficiente (ABRUCIO, 2006). A Constituição Federal introduziu em seu artigo 37 os princípios da moralidade administrativa e da eficiência como norteadores de atuação para as atividades administrativas em âmbito governamental (KALIFE, 2004). Dessa forma, tornou pública a necessidade desses preceitos, bem como os demais apresentados nesse dispositivo legal, garantindo proteção à moralidade e à eficiência. O princípio da eficiência implica na produtividade do serviço prestado pela administração pública, de modo que os recursos públicos sejam bem destinados, evitando desperdícios e ineficiências. (PEREIRA e SPINK, 2006).

Em virtude da necessidade de uma melhor gestão nos recursos públicos, Oliveira, Sant'Anna e Vaz (2010), analisaram a utilização de conceitos e práticas gerenciais na gestão pública brasileira. Dessa forma, gestão por resultados, gestão por competências e empreendedorismo são alguns dos termos e expressões, os quais, gradativamente, são incorporados ao vocabulário da Administração Pública, juntamente com valores como eficiência e foco em resultados.

A Gestão Pública visa o uso eficaz da informação e o estabelecimento de indicadores de desempenho na tentativa de aumentar a eficiência e efetividade da gestão. Com isso, tem-se a avaliação da gestão pública baseada em indicadores, como a eficiência, eficácia, legalidade e economicidade no que diz respeito ao alcance de metas e objetivos relacionados à prestação de serviços à sociedade (GOMES, 2009). Segundo Rezende, Slomski e Corrar (2005) a eficiência deve ser traduzida nos gastos públicos através de indicadores, demonstrando a efetividade da gestão pública. Por isso, os indicadores tem o propósito de fornecer informações sobre nível de eficiência, eficácia, qualidade e produtividade dos serviços, oferecendo também o grau de melhoria da gestão (BRASIL, 2009).

O desenvolvimento da gestão pode ser visualizado através da avaliação de políticas e programas governamentais e a partir da análise dos efeitos que produziram na sociedade. Assim, essa análise tem ganhado destaque no cenário governamental, sendo a área de política pública que mais tem se desenvolvido nos últimos anos (SARAVIA, 2006).

A avaliação de políticas e programas governamentais adquiriu grande importância para as funções de planejamento e gestão, pois apresenta-se como um instrumento para melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e para a divulgação de resultados de governo (CUNHA, 2006). Com isso, o interesse dos governos pelos estudos de eficiência está relacionado à sua capacidade informacional para gestores e implementadores de políticas públicas na tomada de decisões. Na visão de Martins (2005) a eficiência é um conceito econômico na medida em que se considera os recursos escassos e as demandas crescentes, sendo conceituada como a relação entre insumos e produtos. Desse modo, a gestão é mais eficiente quando gera mais produtos com menos insumos, maximizando o aproveitamento dos insumos.

Castro (2006) enfatiza que a eficiência não se preocupa com os fins, mas apenas com os meios, enquanto a eficácia é quem se preocupa com os fins. Em um cenário organizacional é perceptível que as combinações de insumos nem sempre produzem a quantidade correta ou esperada de produtos, ocasionando desperdícios. Os estudos a respeito da avaliação da eficiência de gastos públicos têm sido motivados principalmente, conforme Silva (2010), pelo reconhecimento da escassez de recursos e a necessidade de analisar a qualidade desses gastos. Na visão de Teixeira e Barroso (2003) a avaliação de políticas e programas sociais é importante por possibilitar a medida da eficiência, da eficácia e da efetividade do gasto público.

Jubran (2006) lembra que um componente essencial na formulação dessas avaliações é o custo da melhoria de qualidade de vida, pois quanto maior for a capacidade do gestor municipal em promover a melhorias ao cidadão, com um mesmo volume de recursos, maior será a sua eficiência. Gomes (2009) ratifica essa definição de eficiência ao entendê-la como a melhor relação custo-benefício entre os objetivos estabelecidos e os recursos utilizados. No entendimento de Ribeiro (2006), as ações do governo são efetivas somente se forem antes eficazes e eficientes, sendo necessário diferenciar esses conceitos. Para Marinho e Façanha (2001), a efetividade refere-se à capacidade de alcançar resultados almejados, a eficiência corresponde a capacidade para se produzir resultados com dispêndio mínimo de recursos e a eficácia diz respeito ao alcance dos resultados desejados.

Assim, o gestor ao selecionar um objetivo inadequado ou não atingir os objetivos adequados é um tomador de decisões ineficaz, mesmo que consiga a melhor relação custo benefício traduzido na eficiência. Tem-se uma gestão pública eficiente quando são gastos menos recursos para obter os resultados definidos nas suas metas e objetivos, traduzindo-se na ótima transformação de insumos em produtos e serviços de qualidade prestados à população. As técnicas mais utilizadas na literatura para determinação dos níveis eficientes de determinadas unidades produtivas são os métodos paramétricos e não-paramétricos, mas os métodos não paramétricos são mais comuns na avaliação da eficiência de unidades de decisão. Para Ribeiro (2008) a aplicação dos métodos não paramétricos consiste na construção de uma fronteira de produção, envolvendo observações sobre insumos e produtos/resultados das unidades que compõem a amostra. As unidades mais eficientes estarão localizadas na fronteira e as demais serão avaliadas em termos de perdas de eficiência. A Análise Envoltória de Dados – DEA, um dos métodos não paramétricos, possibilita comparar várias unidades de decisão ao mesmo tempo, em virtude da projeção na construção da fronteira de eficiência.

Faria, Jannuzzi e Silva (2008) analisaram a eficiência dos gastos públicos nos municípios do Rio de Janeiro, por meio da aplicação da Análise Envoltória de Dados, a partir da melhoria dos indicadores sociais, evidenciando a potencialidade da DEA como técnica alternativa para avaliação de programas sociais e políticas públicas. A eficiência de hospitais da rede pública avaliada por Gondim (2008) utilizou a

metodologia DEA, obtendo êxito na pesquisa ao estabelecer padrões de eficiência para os hospitais do Sistema Único de Saúde.

Cesconetto, Lapa e Calvo (2008) verificam que em uma amostra de 112 hospitais do estado de Santa Catarina conveniados ao Sistema Único de Saúde – SUS – a aplicação da DEA com modelo orientado a produção revelou uma capacidade de expansão de 15% no número de internações. Em relação ao modelo orientado ao produto, os gastos com médicos, enfermeiros e auxiliares poderia ser reduzido em 25%, mantidos os mesmos gastos em saúde. Essa situação demonstra ociosidade tanto de produção quanto de produto, tendo em vista a possibilidade de expansão e melhoria da qualidade de saúde nesses hospitais.

Ainda na saúde, Varela e Fávero (2008) verificaram a relação entre eficiência dos municípios paulistas e os incentivos do governo federal por meio da DEA, observando que esses incentivos não influenciam a eficiência, mas os escores de eficiência podem ser explicados pelo valor gasto em saúde. Mariano (2008) sugere como variáveis na aplicação da DEA, tratando-se da Administração Pública, o repasse dos recursos como *inputs* e como *outputs* a quantidade de atendimentos ou qualidade do atendimento.

Gasparini e Souza Júnior (2006) também empregaram essa técnica para avaliar o impacto do Fundo de Participação dos Estados (FPE) sobre a eficiência da gestão pública. Os resultados assinalam a região Sul com maior eficiência no uso dos recursos, contrapondo-se a região Nordeste que encontra-se no outro extremo.

Miranda (2006) avaliou o desperdício na execução orçamentária dos municípios brasileiros por meio da DEA, estabelecendo como *output* a quantidade de crianças matriculadas no ensino básico da rede municipal, de internações na rede hospitalar municipal e de municípios com coleta de lixo. Como *input* utilizou-se o total de despesa orçamentária municipal.

A avaliação acerca da qualidade dos gastos públicos municipais do estado do Ceará em educação e saúde, foi investigada nos estudos de Trompieri Neto *et al.* (2008), que utilizaram a DEA para determinar a eficiência, considerando como insumos os gastos alocados nas áreas da saúde e educação e como produtos o número de médicos e unidades de saúde, número de agentes de saúde e taxa de cobertura do Programa Saúde da Família (PSF) e para educação o número de os professores, de salas de aula e de escolas da rede municipal de ensino. Os resultados apontam que os municípios com melhores condições sócio econômicas, com melhor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH são mais eficientes na prestação de serviços de saúde e educação.

Machado Júnior, Irffi e Benegas (2011) avaliaram a eficiência dos gastos municipais educação, saúde e assistência social para os municípios cearenses, resultando numa eficiência média de 88% na amostra estudada. Ao analisar separadamente essas três áreas a eficiência média obtida para saúde, educação e assistência social foi, respectivamente, 23%, 20% e 27%, denotando um baixo

desempenho dos municípios cearenses. Essa análise evidenciou alguns municípios que podem ser utilizados como *benchmark* pelos demais, para otimizar a aplicação dos gastos públicos, refletindo em qualidade nos serviços prestados a população. Diante desse contexto, a aplicação da metodologia é pertinente na análise da eficiência das políticas públicas, merecendo destaque na literatura quando observados os trabalhos empíricos publicados nessa temática.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Tipologia da Pesquisa

Beuren *et al.* (2003) sugerem que a pesquisa seja analisada quanto aos objetivos, procedimentos e abordagem do problema. Quanto aos objetivos, este estudo caracteriza-se como pesquisa descritiva. De acordo Gil (1999), a pesquisa descritiva é aquela que tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno. Neste sentido são realizadas descrições da eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nas capitais brasileiras no ano de 2009.

Quanto aos procedimentos essa pesquisa possui as características de pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que foi necessária a realização de pesquisa na literatura para fornecer embasamento teórico ao estudo e o levantamento dos valores referentes às despesas com educação fundamental, números de alunos matriculados, de professores e escolas.

Com relação à discussão sobre o problema, esse estudo caracteriza-se como sendo quantitativo e qualitativo, tendo em vista que a utilização do método não paramétrico da Análise Envoltória de Dados permite a investigação dos significados das relações entre as variáveis pesquisadas. Beuren *et al.* (2003) esclarecem que na pesquisa qualitativa são realizadas análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado e na pesquisa quantitativa utiliza-se algum instrumento estatístico, tanto na coleta de dados, quanto no tratamento dos dados.

#### 3.2 Coleta e Tratamentos dos dados

Para a elaboração desse estudo foi utilizada a Análise Envoltória de Dados (DEA), que conforme explicações de Gomes e Mangabeira (2004), consiste num método matemático que utiliza a programação linear para estimar a fronteira eficiente, sendo capaz de incorporar diversos inputs (entradas, recursos, insumos ou fatores de produção) e outputs (saídas ou produtos) para o cálculo da eficiência de unidades tomadoras de decisão, designadas por DMUs (*Decision Making Units*).

A DEA é aplicada, segundo Encinas (2010), sobre os dados de forma a construir uma fronteira de eficiência, constituída pelas firmas mais eficientes, ou seja,

com a melhor relação entre insumo e produto, definindo então a posição das demais firmas em relação a essa fronteira. Ela é conhecida como envoltória porque nenhuma DMU pode ficar fora da fronteira. Delgado e Machado (2008) afirmam que a utilização do DEA no âmbito público é importante, em virtude de possibilitar a captação da melhor prática existente na organização produtiva e a criação de um referencial entre as unidades produtivas pesquisadas. Além de poder aplicar mais de um produto ao mesmo tempo em uma estimação.

De acordo com Peña (2008), a DEA pode ser utilizada seguindo as seguintes etapas: na primeira são definidas as DMUs; a segunda é seleção das variáveis (*inputs* e *outputs*) que são adequadas para estabelecer a eficiência relativa das DMUs selecionadas; a terceira é a aplicação dos modelos DEA. Para esse estudo foram selecionadas como DMUs as capitais brasileiros, como *inputs* as despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental e *outputs* os números de leitos, de profissionais da área de saúde vinculados aos estados, estabelecimentos de saúde, de alunos matriculados, de professores e de escolas.

A coleta de dados foi realizada a partir dos números obtidos no banco de dados Finanças Brasil - FINBRA, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). As informações coletadas no FINBRA são referentes às despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental. Os números de consultórios, de profissionais e de estabelecimentos de saúde vinculados as capitais estaduais foram retirados do sítio da DATASUS. Os números de alunos matriculados, de professores e de escolas, foram retirados do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os dados coletados foram referentes ao ano de 2009.

O universo dos dados de estudo da pesquisa são todas as capitais brasileiras, sendo selecionadas para amostra aquelas que disponibilizaram as informações referentes às despesas com assistência hospitalar e com ensino fundamental na STN, mais especificamente, no Finanças Brasil. Assim, foram excluídas da pesquisa as capitais Cuiabá, Natal, Rio Branco e Vitória, em virtude de falta de informações disponibilizadas nos bancos de dados consultados, o que permitiu que a amostra da pesquisa fosse constituída pelas demais capitais estaduais brasileiras.

Após a realização da coleta de dados, foram elaboradas duas planilhas no Microsoft Excel para organização dos dados, e, posteriormente, foi aplicada a DEA para analisar a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nas capitais brasileiras no ano de 2009, através do Sistema Integrado de Apoio a Decisão (SIAD).

Para se analisar se a eficiência teve alguma relação com o desenvolvimento das capitais foram coletados no sítio do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), os Índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) das capitais brasileiras pesquisadas para o ano base de 2009. O IFMD corresponde a um estudo realizado anualmente, que acompanha o desenvolvimento de todos os 5.565 municípios brasileiros em três áreas: Emprego &



Renda, Educação e Saúde. Ele é elaborado tendo como base as estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

Com o objetivo de verificar se a eficiência teve relação com a qualidade do ensino fundamental das capitais pesquisadas, foram coletados no sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da 4ª e 8ª série das capitais brasileiras para o ano de 2009. Esse índice é gerado tendo como base o desempenho do estudante em avaliações do INEP e em taxas de aprovação. Essas taxas são obtidas através do censo escolar e os desempenhos dos alunos são medidos através de uma prova de Língua Portuguesa e Matemática. Sendo atualmente uma das ferramentas mais utilizados no Brasil para se avaliar a qualidade do ensino.

Vale ressaltar como limitação da pesquisa, a utilização de dados referentes ao ano de 2009 para a elaboração desse estudo, isso pode ser justificado pelo fato do IDEB ser um índice divulgado a cada 2 anos, sendo o ano de 2009, o ano base mais recente em termos de divulgação de informações sobre esse índice. Além disso, as informações referentes aos números de alunos matriculados, de professores e de escolas disponibilizadas no sítio do IBGE somente contemplam o ano de 2009.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA E ANÁLISES

### 2.1 EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

A Tabela 1 apresenta a estatística descritiva dos dados coletados para esse estudo, utilizou-se a média, o desvio padrão, valor mínimo e valor máximo para as 22 capitais estaduais analisadas.

**Tabela 1 – Estatística descritiva das capitais pesquisadas**

<b>Estatística Descritiva</b>	<b>Despesas com Assistência Hospitalar</b>	<b>Nº de consultórios</b>	<b>Nº de profissionais</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>
Total	8.869.334.740,75	7.539	157.802	3.527
Média	403.151.579,13	343	7.173	160
Desvio-padrão	564.215.395,18	464	10.867	170
Mínimo	2.987.133,36	19	1.188	48
Máximo	2.297.740.034,70	2.133	51.281	875

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da análise da Tabela 1, constata-se que em média as capitais gastaram com assistência hospitalar R\$ 403.151.579,13 no ano de 2009. A variação dessas despesas entre as capitais foi de R\$ 2.987.133,36 a R\$ 2.297.740.034,70, valores referentes a Macapá e São Paulo. As capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre foram aquelas que em média tiveram o maior número de

consultórios nos períodos analisados e Macapá, Palmas, Porto Velho e Boa Vista foram das pesquisadas aquelas com menor quantitativo de consultórios.

As capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte foram responsáveis pelo maior quantitativo de profissionais de saúde, enquanto que Boa Vista, Palmas e Macapá, tiveram as menores médias de profissionais da área de saúde municipal dentre as capitais pesquisadas. Com relação à quantidade de estabelecimentos de saúde, verificou-se que a capital com o maior número de estabelecimentos foi São Paulo e aquela com a menor média de instituições de saúde foi Macapá. Além disso, pode-se constatar que a variação de estabelecimentos foi de 48 a 875 valores referentes a Boa Vista e São Paulo.

Com a finalidade de melhorar a visualização dos dados coletados para esse estudo, foi elaborada a Tabela 2, que apresenta as despesas com assistência hospitalar, número de consultórios, número de profissionais da área de saúde e número de estabelecimentos de saúde das capitais estaduais brasileiras pesquisadas para o ano de 2009, relacionadas com o número total de habitantes de cada localidade analisada.

**Tabela 2 – Relação entre os dados da pesquisa e o quantitativo populacional das capitais**

Capitais	Despesas com assistência hospitalar/habitante	Nº de habitantes/consultórios	Nº de habitantes/profissionais de saúde	Nº de habitantes/estabelecimentos de saúde
Aracaju	188,71	4.231	187	8.399
Belém	70,85	10.399	351	13.661
Belo Horizonte	339,44	3.413	196	10.238
Boa Vista	59,07	3.842	239	5.923
Campo Grande	367,90	4.163	240	8.029
Curitiba	275,98	5.763	271	11.159
Florianópolis	230,60	2.478	199	5.401
Fortaleza	213,95	6.487	279	19.309
Goiânia	214,99	6.200	310	11.322
João Pessoa	227,72	3.397	185	3.334
Macapá	57,50	20.958	232	7.374
Maceió	175,31	9.056	358	11.807
Manaus	77,97	9.289	931	9.337
Palmas	133,42	4.964	145	2.965
Porto Alegre	356,76	2.912	318	7.744
Porto Velho	59,05	6.696	220	6.396
Recife	173,69	5.612	278	8.267

Rio de Janeiro	269,57	6.077	286	26.782
Salvador	173,73	7.291	495	17.603
São Luis	258,19	7.688	162	12.529
São Paulo	204,18	5.276	219	12.861
Teresina	278,26	4.524	208	7.905

Fonte: Elaborada pelos autores

Observa-se através da Tabela 2, que em média os gastos com assistência hospitalar das capitais pesquisadas foram R\$ 200,32 por habitante e que Macapá, Boa Vista e Manaus foram aquelas com as menores razões desse tipo de despesa por habitante e aquelas com maiores gastos por habitante foram Campo Grande, Porto Alegre e Belo Horizonte. Além disso, verifica-se que Macapá, é, dentre as capitais analisadas, aquela que possui o maior número de moradores por quantitativo de consultórios municipais existentes, 20.958, já Porto Alegre com 2.912 é aquela com menor número de habitantes por consultório.

Ainda é possível constatar com análise da Tabela 2, que Manaus, Salvador e Maceió apresentaram o maior quantitativo de moradores para cada profissional da área de saúde, com respectivamente os seguintes valores 931, 495 e 358 habitantes para cada profissional. Palmas, São Luís e João Pessoa obtiveram as menores razões de habitantes por número de profissionais, as quais corresponderam a 145, 162 e 185, e, em média, as capitais pesquisadas possuem 287 habitantes para cada profissional da área de saúde. Vale ressaltar, que Rio de Janeiro, Fortaleza e Belém foram as capitais que apresentaram o maior número de habitantes por estabelecimento municipal de saúde e aquelas com os menores números foram Palmas, João Pessoa e Florianópolis.

Estudos que pesquisem a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar são necessários para que possa ser observado se os administradores públicos estão alocando de forma eficiente os recursos públicos. Os escores obtidos através da utilização do DEA proporcionam a população essa observação nesse estudo. Os escores de eficiência padrão de cada capital brasileira para o ano de 2009 podem ser visualizados na Tabela 3:

**Tabela 3 – Escores de eficiência das capitais brasileiras**

Capitais	Escores de Eficiência Padrão	Capitais	Escores de Eficiência Padrão
Aracaju	0,72	Maceió	0,52
Belém	0,99	Manaus	0,99
Belo Horizonte	0,82	Palmas	0,80
Boa Vista	0,57	Porto Alegre	0,82
Campo Grande	0,49	Porto Velho	0,80
Curitiba	0,56	Recife	0,83
Florianópolis	1,00	Rio de Janeiro	0,64

Fortaleza	0,67	Salvador	0,65
Goiânia	0,57	São Luis	0,83
João Pessoa	1,00	São Paulo	1,00
Macapá	1,00	Teresina	0,61

Fonte: Elaborada pelos autores

Com base na observação da Tabela 3, pode-se constatar que dentre as 22 capitais pesquisadas 4 delas (Florianópolis, João Pessoa, Macapá e São Paulo) foram consideradas eficientes pela observação de seus escores em 2009, o que corresponde a um percentual de 18,2%, que evidencia que um número pequeno de estados está gerindo bem os seus gastos com assistência hospitalar. Os intervalos dos escores de eficiência dos estados são apresentados na Tabela 4:

**Tabela 4 – Intervalos dos escores de eficiência das capitais brasileiras**

Escores de Eficiência	Assistência Hospitalar	
	Quantidade	Percentual
0,1 a < 0,3	0	0,00
0,3 a < 0,5	1	4,55
0,5 a < 0,8	9	40,91
0,8 a < 1,0	8	36,36
1	4	18,18

Fonte: Elaborada pelos autores

A partir da observação da Tabela 4, verifica-se que o maior percentual de escores de eficiência nos três anos pesquisados correspondeu ao intervalo de 0,5 a < 0,8, situação que demonstra que a gestão dos gastos públicos em assistência hospitalar da maioria dos capitais não foi eficiente no ano pesquisado, o que sugere que os administradores precisam tomar conhecimento do excesso dos insumos, que são utilizados, e da escassez de produtos, que são gerados, para que possam atuar na sociedade de uma maneira mais eficiente.

Os padrões de referência (*benchmarks*) que foram consideradas como parceiras de excelência para as unidades produtivas ineficientes podem ser visualizados na Tabela 5. Os *benchmarks* são responsáveis por demonstrar o que deve ser alterado nos inputs e outputs para transformar unidades ineficientes em eficientes. O *benchmarking* pode ser conceituado como sendo um processo sistemático e contínuo para identificação da melhor prática e para modificação do conhecimento existente, de modo a alcançar o melhor resultado.

**Tabela 5 - Parceiros de referência das capitais ineficientes**

DMUs	Florianópolis	João Pessoa	Macapá	São Paulo
Aracaju	0,96	0,00	0,00	0,04
Belém	0,96	0,00	0,00	0,04

Belo Horizonte	0,65	0,00	0,00	0,35
Boa Vista	0,96	0,04	0,00	0,00
Campo Grande	0,61	0,28	0,00	0,10
Curitiba	0,41	0,42	0,00	0,18
Florianópolis	1,00	0,00	0,00	0,00
Fortaleza	0,78	0,00	0,00	0,22
Goiânia	0,55	0,35	0,00	0,09
João Pessoa	0,00	1,00	0,00	0,00
Macapá	0,00	0,00	1,00	0,00
Maceió	0,70	0,25	0,00	0,05
Manaus	0,16	0,84	0,00	0,00
Palmas	0,87	0,13	0,00	0,00
Porto Alegre	0,78	0,00	0,00	0,22
Porto Velho	0,99	0,01	0,00	0,01
Recife	0,27	0,66	0,00	0,07
Rio de Janeiro	0,26	0,00	0,00	0,74
Salvador	0,80	0,00	0,00	0,20
São Luis	0,89	0,00	0,00	0,11
São Paulo	0,00	0,00	0,00	1,00
Teresina	0,72	0,20	0,00	0,08
<b>Parceiros de Referência</b>	<b>19</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com a Tabela 5, pode-se inferir que as capitais Florianópolis e São Paulo foram as unidades produtivas eficientes que se constituíram como parceiros de referência para as DMUs ineficientes no ano de 2009. Assim, essas DMUs foram consideradas as de maior relevância pelo fato de terem o maior número de indicações de *bechmarks* (última linha da Tabela 5) dentre aquelas eficientes.

A tabela 6 tem o objetivo de apresentar os resultados do IFDM consolidado e os escores dos itens que o constituem de forma isolada (emprego & renda, educação e saúde), para que possa ser verificado se a eficiência teve relação com o desenvolvimento das capitais brasileiras.

Tabela 6 – IFDM das capitais pesquisadas para o ano base de 2009

DMU's	Escores de Eficiência	IFDM	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Aracaju	0,72	0,7926	0,8957	0,6726	0,8097
Belém	0,99	0,7662	0,8667	0,6672	0,7647
Belo Horizonte	0,82	0,8529	0,8803	0,8058	0,8725
Boa Vista	0,57	0,7622	0,8296	0,6708	0,7863
Campo Grande	0,49	0,8616	0,8885	0,8040	0,8923
Curitiba	0,56	0,8731	0,8522	0,8163	0,9508
Florianópolis	1,00	0,8679	0,8959	0,8284	0,8793
Fortaleza	0,67	0,7841	0,8917	0,7120	0,7486

Goiânia	0,57	0,8440	0,8871	0,7596	0,8853
João Pessoa	1,00	0,7862	0,8494	0,6865	0,8227
Macapá	1,00	0,6991	0,8057	0,6339	0,6577
Maceió	0,52	0,7605	0,8708	0,5923	0,8183
Manaus	0,99	0,6798	0,6461	0,6732	0,7203
Palmas	0,80	0,8492	0,8777	0,8548	0,8150
Porto Alegre	0,82	0,8101	0,8028	0,7472	0,8804
Porto Velho	0,80	0,7965	0,9715	0,7052	0,7128
Recife	0,83	0,8088	0,8848	0,7176	0,8239
Rio de Janeiro	0,64	0,8445	0,8805	0,8095	0,8434
Salvador	0,65	0,7636	0,9113	0,6166	0,7630
São Luis	0,83	0,7510	0,7090	0,7890	0,7549
São Paulo	1,00	0,8930	0,8799	0,9121	0,8870
Teresina	0,61	0,8376	0,8884	0,7719	0,8525

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a Tabela 6, verifica-se que as capitais que apresentaram os maiores IFDM para o ano de 2009, foram São Paulo, Curitiba e Florianópolis. Enquanto que os índices mais baixos foram de Manaus, Macapá e São Luís. Além disso, ainda observa-se que os valores dos índices isolados para emprego & renda, educação e saúde. Nesse sentido, verifica-se que os melhores índices para emprego & renda foram de Porto Velho, Salvador e Florianópolis e os piores desempenhos foram de Manaus, São Luís e Porto Alegre. Com relação aos índices de educação, constata-se que as capitais de São Paulo, Palmas e Florianópolis foram aquelas que apresentaram os melhores índices e Maceió, Salvador e Macapá aquelas com os desempenhos mais baixos. Já quando são observados os índices para a saúde, verifica-se que as capitais Curitiba, Campo Grande e São Paulo são aquelas que apresentaram no ano de 2009 os maiores índices e Macapá, Porto Velho e Manaus são aquelas com os piores desempenhos.

As capitais eficientes em 2009 foram Florianópolis, João Pessoa, Macapá e São Paulo. Organizando-se um *ranking* de IFDMs para as 22 capitais pesquisadas, constata-se que o melhor desempenho das capitais eficientes foi de São Paulo, que ocupou a 1ª posição, o 3º lugar foi ocupado por Florianópolis. João Pessoa e Macapá ocuparam, respectivamente, 14ª e a 21ª posições. Assim, os resultados sugerem que a eficiência não teve relação com o desenvolvimento das capitais pesquisadas, pois foi possível perceber, com exceção de São Paulo e Florianópolis, que o índice de desenvolvimento das capitais, que tiveram escores com eficiência de nível máxima, não teve bom desempenho quando comparados com o desenvolvimento das demais capitais.

## 2.2 EFICIÊNCIA DOS GASTOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

A Tabela 7 apresenta a estatística descritiva dos dados coletados para esse estudo, utilizou-se a média, o desvio padrão, valor mínimo e valor máximo para as 22 capitais estaduais analisadas.

**Tabela 7 – Estatística descritiva dos dados das capitais pesquisadas**

<b>Estatística Descritiva</b>	<b>Despesas com Ensino Fundamental</b>	<b>Nº de alunos matriculados</b>	<b>Nº de professores</b>	<b>Nº de escolas</b>
Total	9.796.796.825,23	2.532.393	93.055	4.446
Média	376.799.800,62	97.400	3.579	171
Desvio-padrão	590.953.115,81	135.506	4.585	208
Mínimo	47.186.592,53	8.654	304	33
Máximo	2.665.304.244,88	556.942	18.682	1.014

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da análise da Tabela 7, constata-se que em média as capitais gastaram com ensino fundamental R\$ 376.799.800,62 no ano de 2009. A variação dessas despesas entre as capitais foi de R\$ 47.186.592,53 a R\$ 2.665.304.244,88, valores referentes a Boa Vista e São Paulo. As capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Fortaleza foram aquelas que tiveram o maior número de alunos matriculados no período analisado e Florianópolis e Boa Vista, foram das pesquisadas, aquelas com menor quantitativo de matrículas de alunos.

É possível observar através do quadro 1, que em média as 22 capitais apresentaram 93.055 professores vinculados as instituições municipais de ensino. As capitais Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza foram responsáveis pelo maior quantitativo de docentes, enquanto que Macapá e Boa Vista, tiveram as menores números de professores dentre as capitais pesquisadas. Com relação à quantidade de escolas, verificou-se que a capital com o maior número de escolas foi o Rio de Janeiro e aquela com a menor média de instituições de ensino foi Palmas.

Com a finalidade de melhorar a visualização dos dados coletados para esse estudo, foi elaborada a Tabela 8, que apresenta as despesas com ensino fundamental, número de professores, número de escolas para o ano de 2009, relacionadas com o número de alunos matriculados de cada localidade analisada.

**Tabela 8 – Relação entre os dados da pesquisa e o quantitativo de alunos matriculados**

<b>Capitais</b>	<b>Despesas com ensino fundamental/alunos matriculados</b>	<b>Nº de alunos matriculados/ professor</b>	<b>Nº de alunos matriculados/ escolas</b>	<b>Nº de alunos matriculados/ população total (%)</b>
Aracaju	4.597,97	21	436	3
Belém	3.420,99	31	610	3

Belo Horizonte	4.596,46	25	806	6
Boa Vista	3.775,83	17	291	4
Campo Grande	3.407,20	25	814	9
Curitiba	4.762,57	20	571	6
Florianópolis	5.502,42	23	429	4
Fortaleza	2.735,18	32	702	7
Goiânia	4.282,31	23	524	6
João Pessoa	4.006,74	22	469	6
Macapá	3.269,89	25	330	5
Maceió	3.167,25	29	547	6
Manaus	2.437,54	33	541	10
Palmas	3.050,01	27	540	9
Porto Alegre	5.780,35	20	845	3
Porto Velho	3.129,74	26	196	6
Recife	5.140,05	27	334	5
Rio de Janeiro	3.370,09	32	549	9
Salvador	1.982,75	31	326	4
São Luís	3.135,80	25	713	7
São Paulo	5.338,33	27	958	4
Teresina	2.310,10	29	417	8

Fonte: Elaborada pelos autores.

Verifica-se através da Tabela 8, que em média os gastos com educação fundamental das capitais pesquisadas foram R\$ 3.782 por aluno matriculado e que Salvador, Teresina e Manaus foram aquelas com as menores razões desse tipo de despesa por habitante e aquelas com maiores gastos por habitante, foram Porto Alegre, Florianópolis e São Paulo. Além disso, verifica-se que Manaus é, dentre as capitais analisadas, aquela que possui o maior número de alunos por quantitativo de professores, 33, já Boa Vista com 17, é aquela com menor número de alunos matriculados por professor.

Ainda é possível constatar com análise da Tabela 8, que São Paulo, Porto Alegre e Campo Grande apresentaram o maior quantitativo de alunos por escola, com, respectivamente, 958, 845 e 814 alunos matriculados para cada instituição de ensino municipal. Porto Velho, Boa Vista e Salvador obtiveram as menores razões de alunos por escolas, as quais corresponderam a 196, 291 e 326 e em média as capitais pesquisadas possuem 543 alunos para cada instituição de ensino. Vale ressaltar, que Manaus, Campo Grande e Palmas foram as capitais que apresentaram o maior percentual de alunos matriculados em relação ao número de habitantes de cada localidade e aquelas com os menores números foram Porto Alegre, Aracaju e Belém.

Os escores de eficiência padrão de cada capital brasileira para o ano de 2009 podem ser visualizados na Tabela 9:



Tabela 9 – Escores de eficiência das capitais brasileiras

Capitais	Escores de Eficiência Padrão	Capitais	Escores de Eficiência Padrão
Aracaju	0,50	Maceió	0,67
Belém	0,61	Manaus	1,00
Belo Horizonte	0,78	Palmas	0,97
Boa Vista	1,00	Porto Alegre	0,55
Campo Grande	0,75	Porto Velho	1,00
Curitiba	0,87	Recife	0,57
Florianópolis	0,49	Rio de Janeiro	1,00
Fortaleza	0,97	Salvador	1,00
Goiânia	0,76	São Luis	0,80
João Pessoa	0,69	São Paulo	1,00
Macapá	0,91	Teresina	0,94

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base na observação da Tabela 9, pode-se constatar que dentre as 22 capitais pesquisadas 6 delas (Boa Vista, Manaus, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) foram consideradas eficientes pela observação de seus escores em 2009, o que corresponde a um percentual de 27,2%, que evidencia que um número pequeno de capitais está gerindo bem os seus gastos com educação fundamental. Os intervalos dos escores de eficiência das capitais são apresentados na Tabela 10:

Tabela 10 – Intervalos dos escores de eficiência das capitais analisadas

Escores de Eficiência	Educação Fundamental	
	Quantidade	Percentual
0,1 a < 0,3	0	0,00
0,3 a < 0,5	2	9,09
0,5 a < 0,8	8	36,36
0,8 a < 1,0	6	27,27
1	6	27,27

Fonte: Elaborada pelos autores.

A tabela 10 evidencia que o maior percentual de escores de eficiência no ano correspondeu ao intervalo de 0,3 a < 0,8, fato que demonstra que a gestão dos gastos públicos em ensino fundamental da maioria das capitais não foi eficiente no ano analisado, o que sugere que os administradores públicos precisam tomar conhecimento do excesso dos insumos, que são utilizados, e da escassez de produtos, que são gerados, para que possam atuar na sociedade de uma maneira mais eficiente. Os padrões de referência (*benchmarks*) que foram consideradas como parceiras de excelência para as unidades produtivas ineficientes podem ser visualizados na tabela 11.

Tabela 11 - Parceiros de referência das capitais ineficientes no ano de 2009

DMUs	Manaus	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Aracaju	0	0	0	0
Belém	0	0	0	0
Belo Horizonte	0,87	0,13	0	0
Boa Vista	0	0	0	0
Campo Grande	0,11	0	0	0
Curitiba	0,98	0,02	0	0
Florianópolis	0	0	0	0
Fortaleza	0,95	0,05	0	0
Goiânia	0,59	0	0,41	0
João Pessoa	0	0	0,73	0
Macapá	0	0	0	0
Maceió	0	0	0,69	0
Manaus	1	0	0	0
Palmas	0	0	0,18	0
Porto Alegre	0,03	0	0	0
Porto Velho	0	0	0	0
Recife	0,07	0,1	0,83	0
Rio de Janeiro	0	1	0	0
Salvador	0	0	1	0
São Luís	0	0	0	0
São Paulo	0	0	0	1
Teresina	0	0	0,6	0
<b>Parceiros de Referência</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

A partir da tabela 11, observa-se que as capitais de Manaus e Salvador foram as unidades produtivas eficientes que se constituíram como parceiros de referência para as DMUs ineficientes no ano de 2009, pois apresentaram o maior número de indicações de *bechmarks* dentre aquelas eficientes.

A tabela 12 tem o objetivo de apresentar os resultados do IDEB (4ª e 8ª série) das capitais pesquisadas para que possa ser verificado se a eficiência teve relação com a qualidade do ensino fundamental das capitais analisadas.

Tabela 12 – Os IDEB's (4ª e 8ª série) das capitais pesquisadas para o ano de 2009

DMU's	Escores de Eficiência	IDEB 4ª SÉRIE	IDEB 8ª SÉRIE
Aracaju	0,50	3,5	3,1
Belém	0,61	3,9	3,5
Belo Horizonte	0,78	5,3	3,8
Boa Vista	1,00	4,7	Não apresenta
Campo Grande	0,75	5,2	4,8
Curitiba	0,87	5,7	4,4
Florianópolis	0,49	5,2	4,5
Fortaleza	0,97	3,9	3,3
Goiânia	0,76	5,1	3,8
João Pessoa	0,69	4,0	3,4
Macapá	0,91	4,0	3,6
Maceió	0,67	3,8	2,6
Manaus	1,00	3,5	2,9
Palmas	0,97	5,6	5,0
Porto Alegre	0,55	4,1	3,6
Porto Velho	1,00	4,1	3,1
Recife	0,57	4,1	2,7
Rio de Janeiro	1,00	5,1	3,6
Salvador	1,00	3,7	2,8
São Luís	0,80	4,3	4,1
São Paulo	1,00	4,7	4,2
Teresina	0,94	5,2	4,7

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se através da tabela 12, que as capitais que apresentaram os maiores IDEBs para a 4ª série no ano de 2009, foram Curitiba, Palmas, Belo Horizonte. Enquanto que os índices mais baixos foram de Manaus, Aracaju e Salvador. Nesse mesmo ano, verifica-se que os melhores índices para a 8ª série foram de Palmas, Campo Grande e Teresina e os piores desempenhos foram de Maceió, Recife e Salvador.

As capitais eficientes em 2009 foram Boa Vista, Manaus, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Organizando-se um *ranking* de IDEBs para as capitais brasileiras pesquisadas, constata-se que o melhor desempenho das capitais foi de Rio de Janeiro que ocupou a 6ª posição quando é analisada a 4ª série e ,em 12ª ,quando é observada a 8ª série. Boa Vista ocupou a 9ª posição quando se analisa a 4ª série e, com relação a 8ª, não apresentou colocação no *ranking*, em virtude de não está disponível o IDEB para essa série. Manaus, Porto Velho, Salvador e São Paulo ocuparam para a 4ª série, respectivamente, as posições (22ª, 13ª, 20ª e 10ª) e, para 8ª série, (18ª, 17ª, 19ª e 6ª).

Assim, os resultados sugerem que a eficiência não teve relação com a qualidade do ensino fundamental das capitais pesquisados, pois foi possível

perceber que as capitais que apresentaram os maiores IDEBs não foram aquelas que foram eficientes em 2009. Verificou-se que a qualidade do ensino básico das capitais que tiveram seus escores eficiência de nível máximo não teve bom desempenho quando comparada com qualidade das demais capitais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÃO

A pesquisa em atenção ao objetivo formulado analisou a eficiência dos gastos públicos com assistência hospitalar e ensino fundamental nas capitais brasileiras no ano de 2009. A utilização de ferramentas de análises de eficiência é relevante para a administração pública, em virtude da eficiência ser um dos princípios constitucionais que a administração pública deve observar (BRASIL, 1988). Portanto, espera-se que esses resultados possam ser úteis tanto para os gestores públicos, quanto para os cidadãos das referidas capitais.

Recomendam-se outras pesquisas para que seja verificada a eficiência dos gastos com assistência hospitalar e ensino fundamental em outras amostras de estudo, em virtude da necessidade de pesquisas que apresentem para a população avaliações das alocações dos recursos públicos, de modo que a população possa visualizar como está sendo gerido o dinheiro público.

Os resultados revelaram que em média a despesa com assistência hospitalar correspondeu a R\$ R\$ 403.151.579,13, sendo Macapá a capital com menor destinação de recursos para essa subfunção e São Paulo aquela com maior alocação de recursos. Constatou-se ainda, que as despesas com ensino fundamental foram em média R\$ 376.799.800,62. São Paulo foi a capital que apresentou a maior destinação de recursos com ensino fundamental e Boa Vista a que destinou menos recursos no ano de 2009. Conclui-se que dentre as 22 capitais analisadas 4 delas (Florianópolis, João Pessoa, Macapá e São Paulo) foram eficientes com relação aos gastos com assistência hospitalar e 6 delas (Boa Vista, Manaus, Porto Velho, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) foram considerados eficientes quanto a aplicação dos gastos com ensino fundamental.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento. *Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial para medição do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização*. Disponível em: <

[http://www.gespublica.gov.br/ferramentas/pasta.2010-05-](http://www.gespublica.gov.br/ferramentas/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf)

[24.1806203210/guia\\_indicadores\\_jun2010.pdf](http://www.gespublica.gov.br/ferramentas/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2011.

CASTRO, R. B. de. *Eficácia, Eficiência e Efetividade na Administração Pública*. In: Encontro Nacional da ANPAD, 2006, Salvador. Disponível em: <[www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf](http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsa-1840.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CONTO, A. A. de. O resultado econômico na gestão dos recursos públicos. Disponível em: <[editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/download/67/pdf\\_86](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/download/67/pdf_86)>. Acesso em: 01 jul. 2012.

CUNHA, C. G. S. da. *Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil*. Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS, 2006. Disponível em: <[www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf](http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2012.

DELGADO, V. M. S; MACHADO, A. F. *Eficiência das escolas públicas estaduais de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1054/1017>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

ENCINAS, R. *Oportunidades de aplicação da análise envoltória de dados em auditorias operacionais do Tribunal de Contas da União*. Disponível em: <<https://acessoseguro.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054734.PDF>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

FARIA, F. P.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, S. J. *Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n1/a08v42n1.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

FONSECA, P. C.; FERREIRA, M. A. M. *Investigação dos Níveis de Eficiência na Utilização de Recursos no Setor de Saúde: uma análise das microrregiões de Minas Gerais*. *Saúde Sociedade*. São Paulo, v.18, n.2, p.199-213, 2009.

GASPARINI, C. E.; SOUZA JR., C. V. N. *Análise da equidade e da eficiência dos estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 803-832, 2006.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, E. G. M. *Gestão por Resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais*. São Paulo: EAESP/FGV, 2009, 187 p. (Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado de Administração Pública e Governo da EAESP/FGV, Área de Concentração: Transformações do Estado e Políticas Públicas).

GOMES, E. G.; MANGABEIRA, J. A. C. Uso de Análise Envoltória de Dados em Agricultura: o caso de Holambra. *ENGEVISTA*. v. 6, n. 1, p. 19-27, 2004.

GONDIM, S. S. *Análise da eficiência técnica das redes hospitalares públicas estadual e municipal em Fortaleza*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.

JUBRAN, A. J. *Modelo de análise de eficiência na administração pública: estudo aplicado às prefeituras brasileiras usando a análise envoltória de dados*. 2006. Tese (Doutorado em Engenharia) – Curso de Pós-graduação em Engenharia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

KALIFE, M. A. *Administração pública: Lei de Responsabilidade Fiscal e a controladoria*. In: *REVISTA ELETRÔNICA DE CONTABILIDADE*, 1, 2004, Santa Maria. UFSM, 2004. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vIn01/a15vIn01.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

MACHADO JUNIOR, S. P.; IRFFI, G.; BENEGAS, M. Análise da Eficiência Técnica dos Gastos com Educação, Saúde e Assistência Social dos Municípios Cearenses. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 36, jan-jul/2011.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L. O. de F. *Programas sociais - efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARTINS, H.F. *Gestão de recursos públicos: orientação para resultados e accountability*. *Revista Eletrônica Sobre a Reformado Estado*. 2005, n. 3(set/out/nov). Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere/edicao/03>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

PEREIRA, L. C. B. Da administração pública Burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, 47(1) janeiro-abril, 1996. Disponível em: <http://academico.direitorio.fgv.br/ccmw/images/1/1d/Bresser.pdf>. Acesso em 07 out. 2010.

PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. K. *Reforma do estado e administração pública gerencial*. 7ª.ed. Rio de Janeiro:FGV, 2006.

REZENDE, A. J.; SLOMSKI, V.; CORRAR, L. J. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. *Universo Contábil*, Blumenau, v. 1, n. 1, p 24 – 40, jan./abr. 2005.

RIBEIRO, E. A. W. Eficiência, Efetividade e Eficácia do Planejamento dos Gastos em Saúde. *HYGEIA, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde*, [s.l], p. 27-46, 2006.

SARAVIA, E. O conceito de política pública. In SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. *Políticas Públicas, Coletânea*. v. 1. Brasília, ENAP, 2006.

SILVA, F. L. G. *Análise da eficiência técnica dos gastos públicos com saúde no estado do Ceará*. 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

SILVA, L. M. da. Auditoria das receitas públicas: análise crítica e contribuição. *Revista de Controle e Administração*, Rio de Janeiro: Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jun 2005.

VARELA, P. S.; FÁVERO, L. P. L. Eficiência econômica de municípios paulistas na área da saúde em função dos mecanismos de incentivos do governo federal. Disponível em: <[www.anpcont.com.br/site/docs/congressoII/01/CCG370.pdf](http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoII/01/CCG370.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2012.